



1 **SÚMULA DA 114ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA, DO CONSELHO DE**
2 **ARQUITETURA E URBANISMO DE GOIÁS, REALIZADA NO DIA 28 DE ABRIL**
3 **DE 2021**

4
5 **PLENÁRIO**
6

7 Ao vigésimo oitavo dia do mês de abril de dois mil e vinte e um, por meio de
8 aplicativo de reuniões virtuais, iniciou-se, em primeira convocação, a 114ª
9 Reunião Plenária Ordinária, com a presença dos Conselheiros Estaduais
10 membros: Fernando Camargo Chapadeiro, Camila Dias e Santos, Andrey Amador
11 Machado, João da Silveira Gonzaga, Roberto Cintra Campos, Simone Buiate
12 Brandão, Flávia de Lacerda Bukzem, Felipe Miranda de Lima, Gabriel de Castro
13 Xavier e Thais Valle Di Simoni. Como ouvinte, presente o Conselheiro Suplente
14 David Finotti. Presentes também os empregados públicos do CAU/GO: **Isabel**
15 **Barêa Pastore** (Gerente Geral), **Romeu José Jankowski Júnior** (Assessor
16 Jurídico/Assessor de Plenário e Comissões) e **Elisa França** (Assessora de
17 Comunicação). **I) Verificação de quórum.** O **Presidente** verificou o quórum e
18 declarou aberta a sessão. **II) Leitura e discussão da pauta.** Pauta aprovada por
19 unanimidade. **III) Discussão e aprovação da ata da reunião plenária anterior,**
20 **31/03/2021.** Ata aprovada por unanimidade. **IV) Extrato de Correspondências.** A
21 Gerente Geral Isabel apresentou as principais correspondências enviadas e
22 recebidas. Como destaque, ressaltou o Ofício n. 25/2021 enviado ao Banco do
23 Brasil para autorizar o funcionário da AFNI, Davi, a registrar os PIX relativos às
24 restituições e ressarcimentos, dado o elevado volume dos últimos meses. O
25 colaborador assina em conjunto com a Gerente Geral e Presidência. **V)**
26 **Apresentação de comunicações.** A Gerente Geral Isabel ressaltou as regras de
27 convocação, pois alguns Conselheiros não estão respondendo, tempestivamente
28 as convocações, contrariando as regras do Regimento. Assim, solicitou que
29 todos, titulares e suplentes, se atentem às convocações e respectivas respostas.
30 **a) Dos Coordenadores das Comissões permanentes. 1.1. Comissão de**
31 **Administração e Finanças – CAF. Prestação de contas de Janeiro a Março**



32 **de 2021.** A Coordenadora iniciou seu relato com um breve resumo sobre as
33 atividades da comissão. A Gerente Geral relatou as propostas de reajustes
34 apresentadas pelos empregados do CAU/GO, destacando: reajuste de 10% do
35 salário; vale-alimentação em R\$ 900,00; e também foi solicitada a possibilidade
36 de afastamento dos empregados, por tempo indeterminado, para
37 acompanhamento médico de parentes e a implementação permanente do
38 trabalho remoto. Quanto aos dois últimos pontos, a Isabel informou que o
39 afastamento não seria viável, dado o reduzido número de empregados do CAU, o
40 que poderia implicar em comprometimento dos trabalhos. No caso do trabalho
41 remoto, a questão demanda estudos mais aprofundados e mudanças estruturais,
42 e que seguirá em fase de estudo. Nos aspectos financeiros, o reajuste proposto
43 de 10% poderia comprometer o orçamento, sobretudo os limites legais,
44 considerando ainda os aspectos atuais da economia nacional, de modo que 7%
45 apresenta um reajuste dentro dos parâmetros da sustentabilidade financeira.
46 Quanto ao reajuste do vale-alimentação, o valor proposto foi acatado. A prestação
47 de contas de Janeiro a Março de 2021 teve como realizado R\$ 98mil a mais que o
48 previsto, o que se deve ao maior recebimento das anuidades pessoa física, tanto
49 do exercício quanto dos anteriores, com os processos de cobranças judiciais. O
50 valor realizado no primeiro trimestre de 2021 apresentou um aumento de 14% em
51 relação ao mesmo período de 2020. As receitas foram 8% maiores que o previsto
52 para o período, o que se deve aos maiores recebimentos de anuidades Pessoa
53 Física. O valor realizado de anuidades no primeiro trimestre de 2021 apresentou
54 um aumento de 13% em relação ao mesmo período de 2020. As receitas de
55 anuidades foram 18% maiores que o previsto para o período, o que se deve aos
56 maiores recebimentos de anuidades pessoa física. O valor realizado de RRT no
57 primeiro trimestre de 2021 apresentou um aumento de 16% em relação ao
58 mesmo período de 2020. A quantidade de RRTs pagos por profissional no
59 período foi de 1,4 RRT/profissional, sendo 4% maior que a média dos últimos 3
60 anos. As despesas correntes foram R\$ 211mil menores do que o previsto, o que



61 se deve em grande parte à realização de tele-trabalho, com mínima utilização da
62 sede física do CAU/GO, e conseqüentemente menores consumos de prestações
63 de serviços inerentes ao seu funcionamento. Também não foram realizadas
64 viagens e nem impressos materiais gráficos devido à situação atual de pandemia.
65 O valor realizado no primeiro trimestre de 2021 foi ligeiramente maior (3%) que o
66 mesmo período de 2020. As despesas correntes foram 24% menores que o
67 previsto para o período, o que se deve aos menores gastos com a sede durante a
68 pandemia. No período houve no superávit de R\$ 708 mil, que foi aplicado em
69 fundo DI, que apresentou rendimento médio mensal de R\$ 3.829. Estava previsto
70 superávit de R\$ 399mil, sendo realizado 77% a mais devido às menores
71 despesas (-24%) e maiores receitas (+8%). **1.2. Comissão de Ética e Disciplina**
72 **– CED.** O Coordenador Adjunto Roberto Cintra relatou as novas denúncias
73 recebidas, sendo duas anônimas negadas por tratar de assunto já em análise em
74 outra denúncia; e outra, que tratava de descumprimento contratual, cujo
75 encaminhamento foi explicações prévias. Por fim, foi aprovado, por meio de
76 deliberação, a autorização de realização de audiências virtuais. **1.3. Comissão de**
77 **Ensino, Exercício e Formação Profissional – CEPEF.** Na ausência dos
78 Conselheiros Coordenadores, o Conselheiro Gabriel Xavier iniciou o seu relato
79 com o recurso do processo administrativo 1243150/2021. Os documentos foram
80 apresentados aos Conselheiros e instruídos com o Memorando da ATEC. Após a
81 análise, os conselheiros deliberaram pela improcedência do recurso, mantendo-
82 se, conforme fundamentos constantes da Deliberação e Memorando da ATEC, o
83 teor da Deliberação CEEFP n 11/2021. Seguindo o relato, Gabriel relatou os
84 processos de fiscalização. Sobre o tema do alvará fácil, os Conselheiros Andrey e
85 Nilton relataram suas participações em uma reunião com o MP sobre o tema.
86 Nilton relatou que o MP exigiu um prazo para a Prefeitura atender as solicitações
87 da denúncia, expondo uma postura, aparentemente, mais rígida. Andrey destacou
88 que o ponto levantado na denúncia e ressaltado pelo MP acerca da cobrança da
89 taxa de análise dos projetos, quando não há essa análise. **1.4. Comissão de**



90 **Política Urbana e Ambiental – CPUA.** Considerando a ausência da
91 Coordenação, a Conselheira Simone fez o relato. Quanto ao Plano Diretor de
92 Goiânia, a Conselheira Janaína observou que atualmente só temos notícias sobre
93 os trabalhos de revisão do PD pela imprensa. Ao que parecem já se tem claro o
94 desenho de cidades que querem. Caso esteja no escopo do modelo espacial que
95 havia sido proposto pelos técnicos, então está coerente com o que foi construído
96 pelos técnicos em 2019, lembra a coordenadora. A pergunta que se deve fazer é
97 se seria válido questionar a transparência do processo, a publicização das atas
98 das reuniões, que não estão sendo encontradas. Sabendo que algum registro
99 deve ser feito, devemos cobrar por isso. Isabel lembra que o MP foi oficiado sobre
100 o assunto e não há resposta ainda, pois houve troca nos cargos de promotores.
101 Gerson argumentou, se lembrando dos debates e das polemicas, que fizeram
102 com que o PD fosse paralisado em 2020, num processo conturbado, com
103 desperdício de dinheiro público e agora sabe-se apenas sobre reuniões fechadas.
104 Gerson considerou um desastre esse tipo de atitude dos gestores. A CPUA se
105 preocupa com o rumo dos trabalhos de revisão, afinal não se sabe sobre o que
106 está sendo feito sobre expansão e densidade. Janaína concordou que, no
107 mínimo, devem ser publicizadas as atas. É fato também reiterar a vontade do
108 CAU em contribuir para o debate. Dentre os encaminhados dados, constam oficiar
109 a Prefeitura para indicar os rumos dos trabalhos e provocar o Ministério Público.
110 Outro ponto de discussão foram os Editais de Chamada Pública (Fomento), em
111 que se levantou a hipótese de prorrogação dos editais, fomentando a participação
112 via capacitação de associações e demais instituições. O atendimento também
113 sofreu muitas provocações relativas às limitações sofridas pelas instituições de
114 atendimento ao público, para fins de emissão e regularização documental. Assim,
115 os Conselheiros deliberaram por prorrogar o período de inscrições, para o dia
116 31/05/2021. Ainda, discutiram sobre os eventos de debates, com os temas:
117 “cidades inclusivas para mulheres”; “licenciamento” e “lixo zero”. Para a realização
118 dos eventos, foram propostos os nomes para convite e análise de viabilidade na



119 participação: Águeda Muniz (Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente
120 de Fortaleza/CE - 2013 a 2020), João Augusto Albuquerque Soares (Presidente
121 do CAU/MS) e Rogerio Markiewicz (Conselheiro Federal Suplente do DF). **1.5.**
122 **Comissão Temporária de Comunicação – CTC.** A Conselheira Camila Dias
123 destacou o envio do processo para contratação da empresa de publicidade à
124 CPL, para elaboração do Edital. E relatou os trabalhos na área das campanhas,
125 destacando a revisão do material aos alunos, quanto aos trabalhos de conclusão
126 do curso e os relativos à campanha da CED. O Conselheiro Denis irá revisar os
127 textos, buscando uma linguagem mais adaptada. **b) Da Gerência Geral.** Não
128 houve relatos específicos. **c) Do Presidente.** O Presidente Fernando informou
129 que não há relato, já que a reunião do Fórum de Presidentes será no dia 29/04. **d)**
130 **Do CAU/BR.** O Conselheiro Federal Nilton relatou que a COA está revendo
131 diversas reformas nas resoluções e propondo novas, dentre elas deu destaque a
132 um aplicativo que seja integrado ao SICCAU. Também relatou sobre a ideia de
133 um “kit home office”, que irá para análise aos Conselheiros. Acerca da Resolução
134 64, informou que há reuniões diárias com o Ministério da Economia, que aparenta
135 acatar diversas proposições vindas do CAU. Encerrados os pontos de pauta
136 previstos na reunião e, nada mais havendo a tratar, o **Presidente** agradeceu a
137 todos e deu por encerrada a sessão do que, para constar, eu, **Romeu José**
138 **Jankowski Junior**, secretariei a sessão, lavrei a presente súmula que, depois de
139 lida e achada conforme, será assinada por mim e pelo Presidente em exercício do
140 CAU/GO, **Fernando Camargo Chapadeiro**. Goiânia, ao vigésimo oitavo dia do
141 mês de abril de 2021.

142 **Fernando Camargo Chapadeiro**
143 Presidente do CAU/GO
144

145
146 **Romeu José Jankowski Junior**
147 Assessor Jurídico e de Comissões
148

149 Considerando a implantação de reuniões deliberativas virtuais, atesto a
150 veracidade e a autenticidade das informações prestadas (art. 7, parágrafo único,
151 da Deliberação Plenária *Ad Referendum* n. 07/2020-CAU/BR).